

Estudo do gênero conversação espontânea: uma análise da fala de Arc, o marciano invisível da revista **Veja**

Sueli Maria Coelho*

Resumo

Este artigo se propõe a apresentar uma análise do gênero conversação espontânea, considerando-se as metafunções propostas por Thompson (1996). Tomou-se como objeto de análise um texto veiculado pela revista *Veja* em sua edição n. 1.813, intitulado *Arc e o presidente em greve*.

Palavras-chave: Funcionalismo; Metafunção interpessoal; Metafunção textual; Metafunção discursiva.

Por um longo período de tempo, a modalidade oral da língua não recebeu, por parte dos estudiosos da língua(gem), a mesma atenção dispensada à escrita. Houve momentos em que essas duas modalidades foram concebidas como categorias estanques e dicotômicas, cabendo à modalidade oral os atributos de “não-planejada”, “informal”, “fragmentária”, “não-normatizada”, “incoerente”, “destituída de coesão”, dentre outros. Entretanto, com o advento dos estudos funcionalistas da linguagem, percebeu-se que são os usos que fundam a língua e não o contrário. Desta feita, a modalidade oral da língua, até então desconsiderada em detrimento da supremacia social e cognitiva atribuída à modalidade escrita, passou a merecer atenção dos lingüistas, dada a sua eficácia funcional na interação entre os falantes.¹ Contemporaneamente, salvo poucas afirma-

* Centro Universitário de Patos de Minas.

¹ Na opinião de alguns militantes dos estudos de oralidade em nosso país, como Marcuschi (2001), por exemplo, é inquestionável o avanço alcançado no conhecimento sobre as relações entre oralidade e escrita, mas esse conhecimento ainda não é tão divulgado, como deveria, tampouco é satisfatoriamente aplicado.

ções em contrário, postula-se que as relações entre oralidade e escrita não se fundam numa dicotomia polarizada, mas numa relação de *continuum*. Isso implica admitir que tanto o texto oral quanto o escrito possuem regras de organização e de planejamento, apresentam-se coesa e coerentemente estruturados, podendo realizar-se tanto formal quanto informalmente.

Nesse contexto, o presente estudo tem por objetivo analisar as metafunções da linguagem, centrando sua atenção nos recursos de coesão responsáveis pela tessitura de um gênero textual muito recorrente na modalidade oral da língua: a conversação espontânea. Parte-se do pressuposto de que os mecanismos coesivos constituem fator de textualidade também nos textos orais, além de serem empregados de uma forma que demonstra a presença de operações cognitivas tão complexas e elaboradas quanto aquelas atribuídas ao texto escrito. Esse trabalho se justifica, pois, principalmente, por se propor a apresentar uma análise que corrobora a presença elaborada das metafunções textuais na modalidade oral da língua, contribuindo, dessa forma, para desmistificar a idéia de que o texto oral não é tão passível de elaboração quanto se acredita que o texto escrito o seja.

O referencial teórico que sustenta a análise proposta é baseado nos postulados funcionalistas de Geoff Thompson (1996) e a seleção do material para o estudo foi motivada por se tratar de um texto cuja materialidade é escrita, mas que apresenta características inerentes à conversação espontânea, um dos gêneros mais recorrentes na modalidade oral da língua. A mesclagem entre materialidade escrita e características orais vem reforçar a idéia de que os textos devem ser analisados na perspectiva do *continuum* e não dicotomicamente.

AS METAFUNÇÕES TEXTUAIS

Thompson (1996),² analisando os usos da linguagem, agrupou-os, inicialmente, em três categorias:

1. We use language to talk about our experience of the world, including the worlds in our own minds, to describe events and states and the entities involved in them.
2. We also use language to interact with other people, to establish and maintain relations with them, to influence their behaviour, to express our own viewpoint on things in the world, and to elicit or change theirs.
3. Finally, in using language, we organise our messages in ways which indicate how they fit in with the other messages around them and with the wider context in which we are talking or writing. (p. 28)

² As metafunções textuais postuladas por Thompson (1996) assemelham-se àquelas propostas por Halliday (1970 *apud* Neves, 1997), quais sejam: função ideacional – na qual se reconhecem duas subfunções: a experiencial e a lógica –, função interpessoal e função textual.

Segundo ele, esses três grupos são amplos o suficiente para abarcar todos os usos lingüísticos e, por isso, cada um corresponde a uma metafunção própria. Assim, o primeiro grupo refere-se à metafunção experiencial, o segundo corresponde à metafunção interpessoal e o terceiro define a metafunção textual.

O autor em tela julgou pertinente considerar ainda a articulação das cláusulas complexas, postulando, assim, mais uma metafunção: a metafunção lógica ou discursiva que, segundo ele, “relates to the connections between the messages, and to the ways in which we signal these connections” (*op. cit.*, p. 35).

Nesse mesmo trabalho, ao detalhar a metafunção **experiencial**, Thompson propõe uma classificação para os processos verbais que o falante emprega para falar acerca de suas experiências sobre o mundo. Segundo ele, há processos verbais que envolvem ações físicas, são os processos materiais; há processos verbais que se limitam a relacionar um termo a outro da oração, são os relacionais; e há, por fim, processos verbais mais elaborados, os quais sempre envolvem um participante de natureza humana; são os processos mentais.

No estudo da metafunção **interpessoal**, analisam-se as marcas de interatividade presentes no texto, principalmente os traços de modalidade e de modalização. O autor em foco (*op. cit.*, p. 63) nos adverte para a importância de se atentar para a intenção desses usos no processo de construção do sentido do texto, “because writers and speakers may resort to various methods of masking their responsibility and presenting their viewpoint in an apparently objective way, for a number of reasons”. Cabe ao leitor proficiente a tarefa de desvendar essas implicitudes, bem como de identificar sua função nos textos.³

A metafunção **textual** diz respeito ao modo como os falantes constroem suas mensagens, pois, além de interagirem com os interlocutores e de lhes falar algo, eles constantemente assinalam, na materialidade lingüística, como os significados foram construídos. Os recursos lingüísticos de que se dispõe para tal são, basicamente, a tematização, a coerência e a coesão. A tematização refere-se à organização dos constituintes na estrutura da oração, que, de forma alguma, é arbitrária, mas sinaliza a importância hierárquica que o falante atribui a cada um dos constituintes selecionados para aquele uso. A coerência é uma operação cognitiva partilhada pelos interlocutores, não podendo ser identificada ou quantificada, como a coesão o é. Por fim, a coesão “refers to the linguistic devices by which the speaker can signal the experiential and interpersonal coherence of the text” (THOMPSON, 1996, p. 147). Como se vê, a coerência e a coesão se inter-

³ Cabe salientar que o termo leitor aqui utilizado não se restringe ao interlocutor do texto escrito, mas também àquele do texto falado. Defende-se que, tanto no texto falado quanto no escrito, a produção do sentido é construída na interação entre os interlocutores.

relacionam no processo de construção textual, o que não implica admitir que uma é condição para a existência de outra. Há ocorrências textuais dotadas de coerência e que não possuem marcas lingüísticas de coesão; contrariamente, o mau uso de elementos de coesão compromete a coerência textual.

APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS

O texto selecionado para análise foi extraído da revista *Veja* do dia 30 de julho de 2003, na penúltima apresentação de Arc, o marciano invisível que andava estudando a Terra para ver se dava para morar aqui, mas que retornou a Marte por medo da violência terrestre. Dada a extensão do texto e o desejo de facilitar, para o leitor, o acompanhamento da análise proposta, optou-se por apresentá-lo no corpo do trabalho e não em anexo.

ARC E O PRESIDENTE EM GREVE

Arc, o marciano, recebeu notícias de que o presidente do planeta vermelho entrou em greve.

— **Presidente pode entrar em greve aqui na Terra?**

— Não, né, marciano!

— **Mas, se juiz pode, por que o pobre do presidente não pode?**

— É que juiz também não poderia.

— **Quem impede? A polícia? O Exército? O presidente?**

— Não, acho que ninguém impede.

— **E como é que fica?**

— Tem de conversar, negociar...

— **E se não der certo?**

— O juiz diz que vai fazer greve.

— **Então o presidente também pode.**

— Não, marciano, aqui na Terra não pode. Não sei como é que lá em Marte pode...

— **É que o nosso presidente fica o tempo todo viajando pelo planeta.**

— E daí?

— **Daí que, quando ele entra em greve, ninguém percebe. E o de vocês? Viaja muito?**

(*Veja*, São Paulo, ed. 1.813, ano 36, n. 30, p. 39, 30 jul. 2003)

O texto em análise foi construído em dois planos enunciativos. Inicialmente, tem-se o plano do texto escrito, assim caracterizado por seu produtor: a presença de um título, de paragrafação, de um parágrafo inicial, que visa a contextualizar a enunciação, além do emprego de recursos tipográficos como negrito, por exemplo; e de sinais de pontuação, utilizados para marcar o discurso direto e também a entoação. Num segundo plano, tem-se o texto falado, construído por pares adjacentes de perguntas e respostas. Nessa perspectiva, pode-se dizer que, adotando-se a idéia de *continuum*, o texto, cujo suporte é a imprensa escrita,

aproxima-se mais das especificidades do texto oral, a despeito de sua materialidade de ser própria da língua escrita.

Apesar da liberdade de expressão assegurada constitucionalmente em nosso país, é pertinente observar que os diálogos de Arc, veiculados semanalmente pela revista *Veja*, propõem-se apresentar uma crítica da população acerca de um fato da realidade brasileira. Para tanto, seu produtor vale-se do recurso de simulação de um ato enunciativo, criando locutores virtuais. Dessa forma, a responsabilidade pelo dizer não pode ser atribuída a ninguém em especial, mas pode ser entendida como sendo a expressão do senso comum, ou seja, de todos os habitantes na nação brasileira.

ANÁLISE DA METAFUNÇÃO EXPERIENCIAL

No que tange à metafunção experiencial, é possível tecer uma análise, considerando-se os processos verbais empregados. No plano do texto escrito, há duas formas verbais: “recebeu” e “entrou em greve”. Ambas traduzem processos mentais: a primeira exige uma operação cognitiva do falante para processar a informação por ela veiculada e a segunda também envolve uma elaboração mental, já que as greves são planejadas e visam a alcançar algum(ns) objetivo(s), sendo, portanto, resultado de uma ação deliberada. Nota-se, também, no uso dessa ação verbal, um indício de lexicalização da forma verbal “entrar”, que, nesse contexto, possui um uso mais abstrato, uma vez que seu emprego num processo material como “O Presidente entrou na sala”, por exemplo, denota um uso mais concreto, por se relacionar a uma ação física.

No plano do texto oral, tem-se, no primeiro par adjacente, o uso de um processo mental em “pode entrar em greve”. No segundo par, há a recorrência da forma verbal “pode(ria)”, empregada para questionar a permissividade da ação verbal anunciada como tópico da conversação no primeiro par adjacente. Trata-se, mais uma vez, de um processo mental, porque o julgamento que ela suscita exige uma operação cognitiva. No terceiro par adjacente, a forma verbal “impede” aparece tanto na pergunta, quanto na resposta. Trata-se de um processo material, uma vez que envolve uma ação física e, geralmente, não planejada. No quarto par adjacente, há o emprego da expressão “como é que fica”, e também das formas verbais paralelas “tem de conversar” e “tem de negociar”. Tanto a forma verbal “é” quanto o item, também verbal, “fica” expressam processos relacionais; já as formas verbais “tem de conversar” e “tem de negociar”, em virtude da presença do modalizador “tem de”, expressam processos mentais, mais elaborados. No quinto par adjacente, nota-se a presença das formas verbais “dar” (na

expressão “se não der certo”) e “dizer” e da forma verbal perifrástica “vai fazer”. A primeira delas parece já ter se consagrado na língua como uma expressão idiomática: “dar certo”. A forma verbal “dar” assume um valor relacional, cabendo-lhe o papel de relacionar o atributo “certo” ao termo ao qual se refere. A segunda, “dizer”, expressa um processo material e a forma perifrástica traduz um processo mental, uma vez que é o resultado de uma ação deliberativa e, como tal, fruto de uma reflexão. No sexto par adjacente, há uma recorrência da forma verbal “poder” (“... presidente também pode”; “... aqui na Terra não pode”; “... lá em Marte pode”), denotando um processo mental, pois a deliberação frente à permissividade ou não exige emprego da racionalidade. Há ainda, nesse par, a ocorrência da forma verbal “sei” (“não sei como é que lá em Marte pode”), que também expressa um processo mental, bem como a forma verbal “é”, integrante da expressão expletiva, ou de clivagem, “é que”. Têm-se, aqui, indícios da discursivização de uma forma verbal que perdeu seu estatuto de forma plena (presente em orações como “A nação brasileira é ordeira”) e passou a expletivo. Na qualidade de forma plena, expressava um processo relacional, mas, como expletivo, já não mais se pode precisar o processo que lhe é mais adequado, uma vez que teve o seu valor sintático-semântico esvaziado. O uso da expressão “é que”, iniciando o sétimo par adjacente, vem endossar a tese da discursivização há pouco discutida, pois esse uso é bem mais cristalizado que o anterior. Aqui o “é” já não tem mais resquício de forma verbal, tampouco de expletivo, como o tinha no uso anterior (“não sei como é que lá em Marte pode”). Aqui, é a adjunção de “é” a “que” a responsável pela formação de uma forma perifrástica conjuntiva causal.⁴ Nota-se ainda, no sétimo par adjacente, o emprego da forma perifrástica “fica (...) viajando” (“... nosso presidente *fica* o tempo todo *vijando* pelo planeta”), que expressa um processo material. Por fim, no oitavo par adjacente, encontram-se as formas verbais “entra” (“ele entra em greve”), “percebe” (“ninguém percebe”) e “viaja” (“viaja muito”). A primeira, como já discutido, expressa um processo mental, assim como a segunda; já a terceira encerra um processo material.

ANÁLISE DA METAFUNÇÃO INTERPESSOAL

No plano enunciativo do texto escrito, pode-se considerar o uso do artigo definido como marca de interatividade entre enunciador e enunciatário, pois, ao empregar “o presidente em greve”, “o marciano” e “o presidente do planeta ver-

⁴ Esse uso será melhor explorado quando da análise da metafunção discursiva.

melho”, o enunciador parte do pressuposto de que se trata de elementos conhecidos do interlocutor.

No plano enunciativo do texto oral, as marcas de interatividade são, além de mais pródigas, mais explícitas. O uso dos marcadores conversacionais “né” (segundo par adjacente) e “e daí” (sétimo par adjacente) e também a recorrência de frases interrogativas constituem marcas explícitas de interatividade. Há ainda marcas mais sutis, como os modalizadores: (a) o emprego do adjetivo “pobre” (“o pobre do presidente”), que denota o envolvimento emocional do enunciador com o objeto de sua enunciação; (b) a seleção da forma verbal “poder” no futuro do pretérito, que é também um marcador de modalização, uma vez que o enunciador deixa transparecer o fato de considerar forte a possibilidade de os juízes entrarem em greve; (c) o uso da forma verbal “acho” (“acho que ninguém impede”), que expressa o posicionamento dubitativo que o falante assume diante de seu discurso; (d) o emprego da forma verbal “ter” seguida da preposição “de”, que é também uma expressão modalizadora que imprime, nesse uso, o tom de necessidade iminente que o enunciador impinge à ação verbal (“tem de conversar, negociar”). Esse uso é diferente, por exemplo, de “O presidente tem de atender às necessidades do povo”, que expressa um posicionamento não de necessidade, mas de obrigação frente à ação apresentada.

ANÁLISE DA METAFUNÇÃO TEXTUAL

A metafunção textual merece um tratamento mais exaustivo que o dispensado às demais, por constituir a mola propulsora do presente estudo. Considerando-se, inicialmente, a tematização, percebe-se que o tema – “a greve do presidente” – foi anunciado, no plano enunciativo do texto escrito, já no título, e justificado no primeiro parágrafo, delimitado (permissividade ou não de greve presidencial) no início do plano enunciativo do texto falado e retomado ao longo de todos os pares adjacentes. Contudo, uma leitura mais atenta do texto mostra que “a greve do presidente” foi apenas um simulacro usado pelo enunciador para questionar a inconstitucionalidade da greve do judiciário, fato que vai ficando mais transparente à medida que, com o desenrolar do diálogo, vai ocorrendo a progressão temática. No primeiro par adjacente, há, simultaneamente, a apresentação do suposto tema no plano enunciativo oral e a delimitação do mesmo no plano enunciativo escrito. No segundo par adjacente, tem-se o início do raciocínio argumentativo, quando o enunciador equipara presidente e juiz, questionando a possível permissividade para a greve de um (juiz) e a inadmissibilidade de tal ação para outro (o presidente). É nesse momento que o enunciador sinaliza

para o leitor atento o verdadeiro tema de seu texto. A partir de então, cada par adjacente é usado para introduzir um raciocínio argumentativo mediante uma pergunta retórica (observe-se que apenas o sexto par adjacente não é construído interrogativamente), que conduz, no sexto par adjacente, a uma conclusão imposta ao enunciatório como conseqüência lógica de suas respostas anteriores. Nesse momento, o enunciatório, já denotando certa impaciência (“não, marciano, aqui na Terra não pode” – é a quarta vez que se nega a legalidade da greve presidencial), recusa-se a aceitar a conclusão como verdadeira e questiona indiretamente a legalidade marciana para a greve presidencial (leia-se esse presidencial como judiciária). É então que, em tom irônico, o marciano questiona retoricamente a importância da figura do presidente no planeta Terra, “encerrando” o diálogo.

Os recursos coesivos utilizados pelo produtor do texto, do mesmo modo que a tematização, serão abordados, aqui, considerando-se os dois planos enunciativos. No plano do texto escrito, o uso do artigo definido, além de marcar interatividade, também é um elemento coesivo. Note-se que, no título, é empregado cataforicamente, pois se refere a um elemento que se tornará conhecido a partir da leitura do texto. Já, no primeiro parágrafo, as duas ocorrências são anafóricas: no aposto explicativo, refere-se ao substantivo “Arc” e, em “o presidente do planeta vermelho”, relaciona-se ao adjetivo “marciano” pela ativação do conhecimento enciclopédico do interlocutor. Há ainda o uso de um elemento aditivo “e”, que relaciona eqüitativamente os dois elementos do título. No plano enunciativo do texto oral, nota-se, já no primeiro par adjacente, a ocorrência do dêitico “aqui”, determinado pelo adjunto adnominal “na Terra”, que se opõe ao dêitico “lá”, determinado pelo adjunto adnominal “em Marte”, presente no sexto par adjacente. Mesmo que o falante optasse por eliminar tais especificadores, a oposição “aqui” *versus* “lá” seria inteligível mediante a ativação do conhecimento partilhado entre os interlocutores. Há ainda, no primeiro par adjacente, a repetição do item lexical “marciano”, já empregado no plano enunciativo do texto escrito. O que é interessante nesse uso é o fato de que, considerando-se apenas o plano enunciativo do texto oral, o item lexical “marciano” não se liga a um referente anterior, mas exige a ativação de um conhecimento prévio do interlocutor (“aquele que é de Marte é marciano”). No segundo par adjacente, tem-se o emprego da conjunção “se” (“se juiz pode...”) e do pronome interrogativo “por que” (“... por que o pobre do presidente não pode?”), instaurando, respectivamente, as relações de condição e de motivo. É importante considerar que, funcionalmente, a condição assumiu, nesse contexto, um valor argumentativo que não lhe é inerente. Observa-se, também, nesse par, a repetição do item lexical “juiz” e da forma verbal “poder”, ora no mesmo tempo e modo, ora em tempo

diferente. Por sua vez, o terceiro par adjacente mantém com o segundo uma estreita relação de coesão, obtida, principalmente, pela elipse do complemento do verbo “impedir”. O argumento interno do verbo, elíptico nesse contexto, é perfeitamente recuperável nos enunciados anteriores, a saber: “a greve dos juízes e do presidente”. Esse mesmo recurso lingüístico foi empregado entre os pares adjacentes um e dois, com a expressão “pode entrar em greve” e também entre os pares três e quatro; contudo, entre os últimos, a relação de retomada é mais abrangente, pois se percebe também uma ligação não apenas com o terceiro, mas também com o segundo par: “como é que fica o fato de ninguém impedir nem juiz, nem presidente de entrar em greve?”. Esse mesmo recurso é ainda empregado para concatenar a pergunta do quinto par adjacente à resposta do quarto (“E se a conversa e a negociação não derem certo?”), bem como para encadear a resposta subsequente: “O juiz diz que vai fazer greve”. A partir do sexto par adjacente, o encadeamento é feito mediante o uso de operadores discursivos, a saber: “então”, “é que” e “daí que”, os quais serão explorados durante a abordagem da quarta metafunção. Encerrando o texto oral, nota-se, na última fala, a presença da conjunção “quando”, que estabelece uma relação temporal entre o fato de ninguém perceber a falta do presidente e o momento em que ele viaja.

No que se refere à coerência textual, percebe-se que ela é mantida ao longo dos dois planos enunciativos e que, como afirmado anteriormente (c.f. item 2), não é mensurável, uma vez que é construída cognitivamente pela interação entre enunciador e enunciatário.

ANÁLISE DA METAFUNÇÃO DISCURSIVA

Dada a pequena extensão do plano enunciativo do texto escrito, não há, nele, ocorrência da metafunção lógica ou discursiva. Já no plano enunciativo do texto oral, é possível detectar uma recorrência de tal metafunção. O primeiro uso aparece ligando o segundo ao terceiro par adjacente: a conjunção “mas”, tradicionalmente analisada como marcador de oposição, assume, no contexto, um valor discursivo de argumentação. Ela não faz com que uma idéia se oponha à outra; contrariamente, o que o seu uso implica é exatamente uma equidade de tratamento entre presidente e juiz. A expressão “é que”, empregada no início da resposta do segundo par adjacente (“É que juiz também não poderia”) instaura uma relação de oposição (“mas presidente também não poderia”), que visa a dar continuidade ao expediente argumentativo do texto, na forma de uma contra-argumentação. O sexto par adjacente também é encabeçado por um elemento discursivo – “então” –, o qual tem a função de estabelecer um encadeamento lógico

com o raciocínio que vinha sendo desenvolvido e de levar o interlocutor a aceitar uma idéia contrária ao que vinha afirmando, como se esta fosse uma consequência natural das respostas anteriormente dadas por ele. A partir desse uso, nota-se a polissemia assumida pela expressão “é que”. Enquanto, no segundo par adjacente, ela estabelece uma relação discursiva de oposição, na abertura do sétimo par adjacente, instaura uma relação de causa entre esse par e o seu antecedente. Por fim, a expressão “e daí” acumula a função de marcador de interatividade e de marcador discursivo, ao estabelecer, entre o sétimo par adjacente e a última fala do marciano, uma relação de consequência.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise desenvolvida demonstra que as quatro metafunções postuladas por Thompson (1996) ocorrem tanto na modalidade oral, quanto escrita da língua.⁵ Cabe, agora, uma discussão acerca dos usos registrados. Os resultados da ocorrência da metafunção experiencial encontram-se condensados na Tabela 1.

Tabela 1. Ocorrência dos processos verbais no texto oral.

Processo verbal	Ocorrência	Porcentagem
Processo material	05	25%
Processo relacional	03	15%
Processo mental	12	60%
Total	20	100%

No plano enunciativo do texto oral, a maior frequência foi de formas verbais que expressam processos mentais (60%), o que serve de contra-argumento para a tese de que o texto oral é pouco elaborado. Em segundo lugar, estão as formas verbais que expressam processos materiais (25%) e, por fim, aparecem as formas verbais prototípicas de processos relacionais (15%). Dada a ínfima extensão do plano enunciativo do texto escrito, os usos ali registrados restringiram-se exclusivamente às formas verbais denotadoras de processos mentais. Acredita-se que esses usos, tanto no texto oral, quanto no texto escrito, estejam diretamente relacionados ao tipo textual. Assim, num texto argumentativo, dado o teor de elaboração exigido, provavelmente, ocorrerá um uso expressivo de formas verbais representativas de processos mentais, ao passo que, em textos narrativos,

⁵ Apenas a metafunção discursiva não foi detectada no plano enunciativo do texto escrito e essa não ocorrência foi creditada a sua pequena extensão.

certamente, os processos materiais serão mais recorrentes. Portanto, credita-se a expressividade de verbos relacionados aos processos mentais no texto em análise ao tipo textual em que ele se enquadra, qual seja: o argumentativo.

As marcas de interatividade analisadas dentro da metafunção interpessoal são mais comumente associadas ao texto oral, uma vez que os falantes têm a intuição de que, ao redigir um texto, todas essas marcas são apagadas. Na verdade, o texto escrito, assim como o texto oral, pode apresentar resquícios da presença de seu enunciador, bem como de elementos lingüísticos que ele usa, visando a interagir com seu interlocutor. A análise desenvolvida demonstra que o uso do artigo definido no texto escrito pode funcionar como um fator de interatividade, na medida em que o enunciador sinaliza para seu interlocutor o tipo de informação que ele pressupõe que ambos partilham.

Além de se creditar ao texto oral um excesso de marcas de interatividade, costuma-se pensar que ele é destituído de elementos coesivos ou que, quando estes ocorrem, são menos elaborados que no texto escrito. Os dados obtidos demonstram uma riqueza de recursos coesivos empregados na construção do texto oral, que, assim como no texto escrito, exigem a interação do interlocutor na ativação de conhecimentos prévios, bem como a realização de operações mentais para recuperar referentes que se ligam para compor a tessitura textual. Além da coesão, nota-se que o texto oral é também dotado de coerência e que esta, assim como no texto escrito, muitas vezes resulta de uma cooperação entre interlocutores, considerando-se que, nem sempre, a produção do sentido é determinada pela presença marcada de elementos de coesão.

Além do uso de processos verbais elaborados, das marcas de interatividade, do emprego de recursos de coesão e da coerência, o texto oral é construído recorrendo-se a um significativo uso de marcadores lógicos ou discursivos. Vê-se, pois, que essa modalidade lingüística também apresenta uma organicidade e que, tal como a modalidade escrita, suporta uma análise que traz à tona os sofisticados processos cognitivos empregados pelos interlocutores durante o processo de construção do sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs examinar a ocorrência (ou não) de metafunções da linguagem em um dos gêneros mais prototípicos da modalidade oral da língua, atentando-se para os recursos de coesão empregados. Propôs-se a tese de que tais recursos, a exemplo do que ocorre na modalidade escrita, são responsáveis pela tessitura textual, sendo empregados de modo a demonstrar complexas ope-

rações cognitivas não apenas por parte de seus enunciadores, como também de seus enunciatários.

A análise desenvolvida comprovou a hipótese aventada inicialmente, uma vez que foi possível detectar, no texto selecionado para análise, a presença das quatro metafunções postuladas por Thompson (1996): experiencial, interpessoal, textual e discursiva. Poder-se-ia esperar que, pelo fato de a conversação espontânea constituir um gênero tão recorrente na modalidade oral da língua, seu processo de construção fosse menos elaborado, dados dois fatores principais: (a) ser de domínio de qualquer falante, independente de grau de escolaridade e de nível social; (b) tender à simplificação em virtude da produtividade. Contudo, percebe-se, pela análise desenvolvida, que o falante recorre a complexas operações cognitivas e faz uso de diversos recursos lingüísticos, visando a interagir com seu interlocutor, de quem recebe colaboração no sentido de processar as pistas lingüísticas e produzir o sentido pretendido. Dessa forma, constata-se que, contrariamente à intuição de muitos falantes, a modalidade oral da língua também é planejada, normatizada – tendo em vista a não-arbitrariedade dos usos –, coerente e pródiga em recursos de coesão.

Além das questões já pontuadas, a análise desenvolvida suscita ainda outros problemas que poderão ser explorados em trabalhos futuros: (a) existe, de fato, uma relação entre os tipos de processos verbais e a tipologia textual, como se postulou na discussão dos dados? (b) o tipo textual argumentativo é o mais recorrente no gênero conversação espontânea, como ocorreu no texto analisado, e uma análise mais superficial parece sinalizar? (c) seria isso mais uma evidência de que o falante usa a língua prioritariamente para agir sobre o outro?

Abstract

This article aims at presenting an analysis of the spontaneous conversational genre. It will be considered the metafunctions proposed by Thompson (1996) in the study of the corpus, which is a text from *Veja Magazine* – 1.813th issue – named *Arc and the president on strike*.

Key words: Functionalism; Experiential metafunction; Interpersonal metafunction; Textual metafunction; Discursive metafunction.

Referências

Arc e o presidente em greve. *Veja*, São Paulo, ed. 1813, ano 36, n. 30, p. 39, 30 jul. 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

THOMPSON, Geoff. *Introducing functional grammar*. Great Britain: Arnold, a member of the Hodder Headline Group, 1996. (Lecturer in Applied Linguistics, University of Liverpool).

